

## **A REGIÃO CENTRO-OESTE SOB OS GOVERNOS MILITARES NO BRASIL (1964-1985): programas, planos e projetos**

Murillo Medeiros de Godoi<sup>1</sup>,  
Dulce Portilho Maciel<sup>2</sup>

1 Graduando do curso de História do Campus Anápolis de CSEH/UEG.

2 Doutora em História e Docente da Universidade Estadual de Goiás.

### **Introdução**

No Brasil, as primeiras experiências de planejamento da economia ocorreram nas décadas de 30 e 40 do século XX, época em que se desenvolviam intensos debates quanto à viabilidade do planejamento em economias de mercado, ao lado da apresentação de importantes projetos desenvolvimentistas, nos moldes dos que então se experimentavam em diferentes países e regiões da América Latina.

Na segunda metade da década de 1950, a implantação do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) propiciou a institucionalização do planejamento econômico no Brasil, privilegiando-se a escala regional, mediante a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Desde então, o planejamento do território foi praticado pelo Estado central brasileiro, ininterruptamente, até meados da década de 80.

A partir de 1964, conforme Oliveira (1987), o mecanismo de incentivos fiscais, especialmente, constituiu-se em forma de financiamento da expansão do capitalismo monopolista no Brasil. E não foi por obra do acaso que esta “invenção” - dos incentivos fiscais - iria ser estendida a outras regiões - à Amazônia Legal (nela incluída grande parte da região Centro-Oeste), por exemplo. Na visão de Oliveira, a SUDENE foi, neste sentido: "... um aviso prévio do Estado autoritário, da exacerbação da fusão Estado-burguesia, da dissolução da ambiguidade Estado-burguesia, a tal ponto que se confunde um com o outro, e os limites do Estado e sociedade civil parecem borrar-se completamente". (OLIVEIRA, 1987, p.125).

Em março de 1967, conforme Maciel (2008), o então titular do recém-criado Ministério do Interior – MINTER - General Afonso Augusto Albuquerque de Lima,

pronunciou uma conferência na Escola Superior de Guerra - ESG, acerca da relevância da questão regional, no Brasil, e das medidas que vinham sendo tomadas pelo governo, motivadas por esta compreensão, notadamente a criação das superintendências regionais de desenvolvimento, todas vinculadas àquele ministério: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) - outubro de 1966 a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro- Oeste (SUDECO) - dezembro de 1967 - e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) - dezembro de 1967. Estas superintendências, assim como outras instituídas pelos governos militares, seguiam o modelo organizacional da SUDENE (constituída, como se sabe, pelo governo do Presidente Juscelino Kubitschek, em dezembro de 1959).

Ao iniciar-se a década de 1970, o planejamento regional veio a ceder lugar ao planejamento de polos de desenvolvimento, definidos a partir da identificação dos potenciais de certas microrregiões, eleitas para exploração, mediante um programa estratégico de âmbito nacional. Desde então, as superintendências de desenvolvimento regional viram-se reduzidas à função de meros responsáveis pela adaptação e acompanhamento local dos programas nacionais.

Do ponto de vista de Carlos Vainer e Frederico Araújo (1992), o Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo governo federal em 1970, foi “exemplo modelar” desse novo padrão de gestão territorial: “...de um lado, a região é reduzida a um conjunto de microlocalizações onde se estabelecem os polos; de outro lado, ela é expandida até se confundir com todas as outras regiões e se dissolver no espaço nacional.” (1992, p. 27).

## **Referencial Teórico**

Dedicamo-nos especialmente ao estudo de da coletânea, organizada por Betty Mindlin, constantes na Bibliografia ao final deste texto.

## **Metodologia**

O presente estudo compreende diversos expedientes de pesquisa, sendo dois deles os de maior relevância: a) estudo de obras produzidas no meio acadêmico brasileiro, acerca da temática em foco (pesquisa bibliográfica); b) levantamento, aquisição e análise de documentos originais, produzidos por órgãos do governo federal e publicados por órgãos oficiais de imprensa. Trata-se, pois, de uma pesquisa com fontes impressas, primárias e

secundárias.

## **Resultados e Discussões**

Durante o desenvolvimento da presente pesquisa, aprofundamos nossos estudos sobre o conceito de planejamento, o planejamento no Brasil, a análise e discussão de projetos, implantação, execução e seus impactos na sociedade brasileira. Quanto à bibliografia acerca destas temáticas, dedicamo-nos, principalmente, ao estudo de obras concernentes aos programas, planos e projetos relativos ao Brasil e, extraindo delas, sempre que possível, as partes referentes à região Centro-Oeste.

Entre tais obras, dedicamo-nos especialmente ao estudo da coletânea organizada por Betty Mindlin Lafer, constante da Bibliografia ao final deste relatório. Na “Apresentação” à obra, a organizadora analisa a experiência do Brasil no campo do planejamento econômico, compreendendo vários planos desenvolvidos no Brasil, entre eles o caso de planejamento regional, com a criação da SUDENE, procurando mostrar seus objetivos e avaliar seus resultados. Apresenta o conceito de planejamento como sendo um modelo teórico para a ação, o qual busca organizar racionalmente o sistema econômico, a partir de certas hipóteses sobre a realidade. Dessa perspectiva, o planejamento da economia, nos países em desenvolvimento, tem em vista atingir variados objetivos econômicos e sociais.

Segundo Celso Lafer, em seu trabalho inserido na referida coletânea, o “Programa de Metas” (ou Plano, como ficou mais conhecido), foi concebido antes mesmo de ser inaugurado o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Conforme ele, este Programa constituiu-se em notável avanço quanto à noção de uma coordenação racional da ação do Estado, no estímulo a setores inteiros da economia, em geral na área industrial, mas com grande ênfase naqueles “pontos de estrangulamento” já detectados em relação às infraestruturas.

Na época da elaboração do Programa, as limitações quanto à capacidade brasileira de importar já se constituíam preocupação essencial da equipe de planejadores, reunidos, principalmente, no âmbito do BNDE e do Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República.

A construção de Brasília, ao contrário do que se poderia pensar, não fazia parte da concepção original do Plano de Metas. Dele constava, entretanto, constava a expansão da rede rodoviária, a fim de assim se promover a interiorização do processo de desenvolvimento. O setor de educação também recebeu atenção nesse Plano, embora voltada para a formação de

pessoal técnico, destinado a operar as indústrias básicas e outros setores de infraestrutura.

Celso Martone assina outro artigo integrante da coletânea mencionada. Conforme ele, o regime inaugurado em abril de 1964 começou a atuar em clima de estagnação econômica e de aceleração inflacionária, o que justificava preocupações quanto à necessidade da correção de rumos da política econômica a ser implantada. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), na gestão do general Castelo Branco (1964-67), atuou basicamente no nível da política econômica e seus instrumentos básicos, como a política monetária e a inflação: “O PAEG optou por um combate progressivo ou gradual à inflação” e postulou “a manutenção da participação do trabalho (cerca de 65% em 1960) no produto a custo de fatores, meta que seria cumprida por meio de uma adequada política salarial”. Ademais, o PAEG objetivava “atenuar as desigualdades regionais de renda, mediante a concessão prioritária aos investimentos nas regiões Norte e Nordeste.” Mediante este Plano, buscava-se, por outro lado, incentivar as exportações, (via política cambial) e os investimentos estrangeiros.

Fernando Henrique Cardoso, em seu texto incluído na coletânea citada, entende que são questões políticas que marcam as condições de êxito e os limites do planejamento, em situações históricas concretas. Do seu ponto de vista, os planejadores, como categoria social, pouco podem contribuir para o equacionamento adequado dos problemas de uma dada sociedade. Este equacionamento dependerá, sempre, das forças sociais subjacentes ao processo de planejamento e da dinâmica política mais ampla que circunscreve as condições nas quais se dá o planejamento.

## **Conclusão**

A análise dos documentos originais, principalmente os constantes do acervo da SUDECO no Arquivo Nacional (Coordenação do Distrito Federal, em Brasília), ainda em execução, volta-se para a análise crítica do planejamento do desenvolvimento regional, em busca da compreensão acerca dos mecanismos de sua implementação. Com isto, percebe-se que os governos militares produziram instituições, como a SUDECO, a SUDAM e outras, para que promovessem o desenvolvimento do sistema econômico capitalista, em todas as regiões do Brasil. Em específico, quanto à região Centro-Oeste, aferimos o quanto o governo federal, no período 1964-1985, agiu de forma opressora, desprezando os anseios e as necessidades mais inadiáveis da população regional.

## Referências

- ALVES, Denysard O.; SAYAD, João. O plano estratégico de desenvolvimento (1968-1970). In: MINDLIN, Betty (org.). *Planejamento no Brasil I*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 91-110.
- BARROS, José Roberto Mendonça de. A Experiência Regional de Planejamento. In: MINDLIN, Betty (org.). *Planejamento no Brasil I*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 111-138.
- CANO, Wilson. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. In: Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil Campinas Editora UNICAMP, 2002, p. 117-145.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: MINDLIN, Betty (org.) *Planejamento no Brasil I*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 161-184.
- MINDLIN, Betty. O conceito de planejamento. In: MINDLIN, Betty (org.) *Planejamento no Brasil I*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 07-28.
- LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil – observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: MINDLIN, Betty (org.). *Planejamento no Brasil I*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 29-50.
- LIMA, General Afonso A. Albuquerque. Aspectos gerais do desenvolvimento regional. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, IBGE, n. 2005, ano 27, julho/agosto 1968, p 3-15
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LOEB, Roberto. Aspectos do planejamento territorial urbano no Brasil. In: MINDLIN, Betty (org.). *Planejamento no Brasil I*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 139-160.
- MACEDO, Roberto B. M. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). In: MINDLIN, Betty (org.). *Planejamento no Brasil I*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p.51-68.
- MARTONE, Celso L. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) - 1964-1966. In: MINDLIN, Betty (org.). *Planejamento no Brasil I*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 69-90.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico. A questão regional brasileira e as políticas governamentais. In: Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, p. 13-32.